

CONCORRÊNCIA CO SMCG N.º 003/2024

ANEXO VII – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS

CONCESSÃO COMUM PARA A CONTRATAÇÃO, EM CARÁTER DE EXCLUSIVIDADE, DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA A CONCEPÇÃO, DESENVOLVIMENTO, FABRICAÇÃO, FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO DE USO E DE UTILIDADE PÚBLICA, DIVIDIDO EM 4 (QUATRO) LOTES, NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO/RJ

O objetivo deste Anexo é estabelecer as Diretrizes do PLANO DE NEGÓCIOS da CONCESSIONÁRIA a ser entregue pela LICITANTE declarada como vencedora como condição de assinatura do CONTRATO e compatível com a proposta apresentada e declarada como vencedora.

1. Condições gerais do PLANO DE NEGÓCIOS

- O PLANO DE NEGÓCIOS a ser elaborado é de exclusiva responsabilidade da LICITANTE e deverá ser consistente, em si e com a PROPOSTA ECONÔMICA, e suficientemente claro quanto às diretrizes adotadas.
- O PLANO DE NEGÓCIOS deverá conter o detalhamento das premissas utilizadas na sua elaboração, como premissas de gratuidade, integração, evasão.
- Na elaboração do PLANO DE NEGÓCIOS, a LICITANTE deverá observar as disposições do Edital de Licitação e seus anexos, a minuta do contrato e as diretrizes expostas neste anexo.
- O PLANO DE NEGÓCIOS deverá ser apresentado impresso, com todas as folhas numeradas e rubricadas, em ordem sequencial crescente a partir de 1 (um). As planilhas financeiras incluídas no PLANO DE NEGÓCIOS deverão ser fornecidas em arquivos em meio magnético, gravados em arquivos padrão PDF (Adobe Acrobat) e em planilha eletrônica editável e compatível com Microsoft Excel, incluindo sua formulação matemática, vínculos e macros de forma aberta, passível de verificação, mediante a apresentação de todos os dados, fórmulas e cálculos realizados que resultaram no fluxo de caixa das projeções financeiras, para possibilitar a análise e a consistência dos cálculos
- Ocorrendo divergência entre valores indicados na planilha impressa e aqueles constantes da planilha em meio magnético, prevalecerão aqueles da planilha impressa.

1.1. Deverão ser observados os princípios fundamentais de contabilidade aceitos no Brasil e submetidos ao regime da Lei Federal 6.404/76 e alterações posteriores, especialmente as introduzidas pela Lei 11.638/2007, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade convergidas às normas internacionais, mediante a aplicação das International Financial Reporting Standards – IFRS, além das disposições da legislação fiscal vigente, incluindo as instruções normativas SRF nº 162, de 31/12/1998 e nº 130, de 10/11/1999, referentes à amortização e depreciação dos investimentos.

- A LICITANTE deverá realizar as projeções em moeda constante (não considerar a inflação).

- O PLANO DE NEGÓCIOS deverá ser apresentado em milhares de Reais (R\$1.000), com periodicidade mínima anual e todos os valores constantes deverão estar expressos no primeiro dia do mês da data-base de referência da PROPOSTA ECONÔMICA indicada no Edital, pro rata temporis.

2. Diretrizes para o PLANO DE NEGÓCIOS

No PLANO DE NEGÓCIOS deverão ser informadas as premissas que constituirão os demonstrativos financeiros, contendo as hipóteses sobre as quais eles foram baseados. Para auxiliar o processo descritivo e de apresentação desses demonstrativos, a LICITANTE deverá preencher planilhas com quadros financeiros.

2.1 Volume de Passageiros

A LICITANTE deverá informar e detalhar o Volume Esperado de Passageiros (VEP) considerado, bem como a projeção de crescimento da demanda do sistema.

2.2 Receitas e Tributos

2.2.1 Receitas

A LICITANTE deverá informar e detalhar as receitas previstas, incluindo descritivos que contenham narrativas explicando os números que serão apresentados, conforme os requisitos mínimos abaixo:

- As receitas tarifárias previstas, sem descontos referentes aos Indicadores de Qualidade e Desempenho.
- Dentre as premissas para o cálculo da receita, a LICITANTE deverá demonstrar a quantidade de gratuidades, quantidade de integrações e evasão consideradas no plano, caso aplicável.
- As receitas financeiras oriundas de aplicações e/ou outras operações financeiras.
- Considerar RECEITAS ACESSÓRIAS, devendo apresentar discriminação entre elas.

2.2.2 Tributos sobre faturamento

A LICITANTE deverá informar e detalhar os tributos que incidirão sobre os itens de receitas, seu regime de tributação, base de cálculo e alíquotas.

2.3 Despesas Operacionais

Descrever o modelo de custos da futura Concessionária, detalhando:

- a) Custos e despesas operacionais e administrativas, discriminando os itens de custo / despesa: combustíveis, pessoal operacional e administrativo, manutenção de embarcações e terminais, estaleiro e atracadouros, seguros, utilidades, gestão comercial e publicidade, etc.
- b) Custos com Sistema de Bilhetagem Digital Municipal do Rio de Janeiro.
- c) Custos socioambientais.
- d) Outras despesas:
 - Despesas com outorga;
 - Despesas com regulação e fiscalização;
 - Despesas relativas às garantias e seguros contratados;
 - Descrever as demais despesas previstas.

A LICITANTE deverá, além de apresentar os custos acima, apresentar descritivos que contenham narrativas explicando os números que serão apresentados.

2.4 Investimentos e imobilizado

Descrever os investimentos previstos durante o prazo de concessão com detalhamento do CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

2.5 Depreciação e amortização

Detalhar as despesas com amortização do ativo financeiro e intangível, além das despesas com depreciação.

2.6 Plano de Garantias e Seguros

Detalhar as garantias e seguros contratados para atender as exigências contratuais, com a indicação das condições e características de cada produto e custos.

2.7 Despesas Pré-Operacionais

Descrever as despesas pré-operacionais da Concessionária, que ocorrerão antes do início da operação.

2.8 Financiamento

Apresentar e descrever o plano de financiamento da Concessionária, incluindo os aportes de acionistas com recursos próprios, empréstimos, emissões de títulos, emissões de debêntures e leasing financeiro e respectivos custos quanto à despesa de juros, taxas, comissões, seguros e garantias.

2.9 Fluxo de Caixa

A LICITANTE deverá projetar o Fluxo de Caixa do Projeto (desalavancado) e o Fluxo de Caixa do Acionista (alavancado), compatível com as premissas adotadas no PLANO DE NEGÓCIOS. Deverá ser calculada a Taxa Interna de Retorno para o Fluxo de Caixa do Projeto e para o Fluxo de Caixa do Acionista.